

## **Novas Tecnologias e Comunicação Escola-Pais: implicações para uma escola democrática e interface com o currículo oculto**

*Fernanda Martins\**

### **Resumo**

Com a introdução das novas tecnologias da informação os canais de comunicação entre a escola e os pais têm sofrido alterações, surgindo os *canais de comunicação tecnológicos*. Apesar das potencialidades destas novas formas de comunicação regista-se um conjunto de constrangimentos na sua contribuição para uma *escola democrática e participativa* no que aos pais se refere. Face a esta nova realidade, procedemos a uma análise preliminar e exploratória de um destes canais: as *páginas web* de agrupamentos de escolas. Desta forma, questionamos se a comunicação através das *páginas web* consiste num contributo para informar e implicar os pais na escola dos seus filhos ou se, pelo contrário, tal forma de comunicação induz uma conceção de pai como *consumidor*, sem qualquer papel mais significativo nesta organização educativa. E, ainda, chamamos a atenção, num registo meramente hipotético e de enunciação, que tais experiências possam ter implicações para os pais, mas igualmente para os estudantes, visto que subjacente a estas experiências encontram-se, no âmbito do currículo oculto, mensagens que podem reforçar ou desacreditar a democracia na escola junto dos estudantes e, neste último sentido, podem ser inclusive contraditórias com os conteúdos curriculares em torno da cidadania.

**Palavras-Chave:** Escola-Pais, Novos Canais de Informação e de Comunicação, Função Comunicativa-Participativa

\* Doutora em Educação, área de Organização e Administração Escolar, pela Universidade do Minho. Docente do Departamento de Ciências Sociais da Educação e Investigadora do Centro de Investigação em Educação, Instituto de Educação - Universidade do Minho. Desenvolve pesquisas no domínio da organização e gestão das escolas. Email: [fmartins@ie.uminho.pt](mailto:fmartins@ie.uminho.pt)

## ***New Technologies and School-Parents Communication: implications for a democratic school and interface with the hidden curriculum***

## ***Nouvelles Technologies et Communication École-Parents: implications pour une école démocratique et interface avec le curriculum occulte***

### **Abstract**

With the introduction of the new technologies information, the channels of communication between the school and the parents have changed, giving rise to the *channels of technological communications*. Despite the potential of these new forms of communication, there is a set of constraints, as parents are concerned, on their contribution to a *democratic and participatory school*. Faced with this new reality, we have done a preliminary and exploratory analysis of one of these channels: the *web pages* of groups of schools. Thus, we question whether the communication through the *web pages* consists of a contribution to informing and involving parents in their children's school or, on the contrary, such a form of communication induces a design of the parent as a *consumer*, without any additional significant role in this educational organization. And, yet, in a merely *hypothetical and enunciation* level, we consider some of the implications of such experiences for parents, and especially for students, since underlying these experiences are, under the *hidden curriculum*, messages that can bolster or discredit democracy in school at the eyes of the students and, in the latter sense may be even contradictory with the curricular contents of citizenship.

**Keywords:** School-Parents, New Channels of Information and Communication, Communicative-Participatory Function

### **Resumé**

Avec l'introduction des nouvelles technologies d'information, les voies de communication entre l'école et les parents ont changé, donnant naissance aux *canaux de communications technologiques*. Malgré le potentiel de ces nouvelles formes de communication, il y a un ensemble de contraintes, concernant les parents, à leur contribution à une *école démocratique et participative*. Face à cette nouvelle réalité, nous avons fait une analyse préliminaire et exploratoire d'un de ces canaux : les *pages web* des groupes d'écoles. Ainsi, nous nous demandons si la communication à travers les *pages web* consiste à une contribution pour informer et engager les parents dans l'école de leurs enfants ou, au contraire, une telle forme de communication induit une conception de parents en tant que *consommateurs*, sans aucun rôle significatif supplémentaire dans cette organisation éducative. Et, pourtant, à un simple niveau *hypothétique et d'énonciation*, nous considérons les conséquences de ces expériences pour les parents et surtout pour les étudiants, puisque à la base de ces expériences on rencontre, d'après le *curriculum occulte*, des messages qui peuvent renforcer ou discréditer la démocratie à l'école aux yeux des étudiants et, dans ce dernier sens peuvent être voire contradictoires avec le contenu curriculaire de la citoyenneté.

**Mots clés :** École-Parents, Nouveaux Canaux d'Information et de Communication, Fonction communicative-participative

## Introdução

Na realidade atual, a organização escola está a ser afetada pela introdução das tecnologias da informação e da comunicação. Neste cenário, também a relação escola-pais é afetada por esta mudança, nomeadamente desenham-se novos canais de comunicação que, por sua vez, se associam aos anteriores. Para além desta constatação importa questionar quais as funções que tais canais assumem, designadamente interrogar: potenciam a informação, a comunicação e/ou participação dos pais? Qual a sua utilização, pelas diferentes partes envolvidas (responsáveis da escola, professores e pais), para estabelecer a comunicação e promover a participação dos pais? Nesta trama, não será menos importante interrogarmo-nos sobre as capacidades e recursos dos pais, necessários à utilização destes canais tecnológicos de informação e, nesse âmbito, sobre a indispensável *alfabetização digital* dos pais. Como é sabido os pais são um grupo heterogéneo do ponto de vista social, económico e cultural, com implicações nas suas capacidades e nos recursos de acesso e de uso das novas tecnologias da informação. Por outro lado, a *alfabetização digital* poderá contribuir para uma *apropriação pedagógica* destas novas ferramentas, evitando a sua introdução e adesão mecânica; ou seja, contribuir para romper com uma reduzida reflexão sobre tais ferramentas. Na nossa ótica, para além deste trabalho pedagógico já desenvolvido pela escola junto dos estudantes, torna-se necessário expandir esta pedagogia e criar espaços de *aprendizagem ao longo da vida* vocacionados para os pais e encarregados de educação.

Chegados aqui, consideramos importante o estudo das novas formas de informação e de comunicação entre escola e pais, por um lado, por se tratar de um domínio em que ainda sabemos pouco e, por outro, não menos importante, porque estas experiências de comunicação dos pais com a escola, através de novos canais, podem ter implicações para a *educação na e para a cidadania* dos estudantes, fora do contexto da sala de aula, sendo assim de interrogar o seu *significado social* e, ainda, *efeitos não previstos* nesta experiência escolar, quer para os pais, quer igualmente para os estudantes<sup>1</sup>.

No presente artigo, para além de uma revisão teórica sobre estas novas formas de informação e de comunicação, apresentamos também dados de uma investigação que realizámos em torno de um dos canais de comunicação escola-pais, as *páginas web* de agrupamentos de escola na realidade portuguesa<sup>2</sup>. Questionamos, no âmbito desta investigação, se esta nova forma de comunicação consiste num contributo para informar e implicar os pais na escola dos seus filhos ou se, pelo contrário, tal forma de comunicação induz uma conceção de pai como *consumidor* e recetáculo da informação. E, ainda, chamamos atenção, num registo meramente *hipotético*, algumas das implicações de tais experiências para os pais, mas também para os estudantes, na medida em que consideramos que, subjacentes a estas, encontram-se, no âmbito do *currículo oculto*, *mensagens* sobre o exercício da *democracia* na escola. Contudo, não será de ignorar que tais *mensagens* podem reforçar ou desacreditar a *democracia* na escola, junto dos estudantes e, neste último sentido, podem ser, inclusive, contraditórias com os conteúdos curriculares em torno da *cidadania*.<sup>3</sup>

### 1. Comunicação escola-pais: olhar exploratório sobre as suas funções

Não será propriamente uma novidade que a comunicação entre escolas e famílias constitui, por um lado, uma das modalidades de envolvimento dos pais na educação escolar dos seus filhos (EPSTEIN, et al., 1997) e, por outro, uma das modalidades mais investigadas no domínio dos estudos em torno da relação escola-família. Esta modalidade de envolvimento pode ser definida como “design effective forms of school-to-home and home-to-school communication about school programs and their children’s progress” (EPSTEIN, et al., 1997, p. 8). No âmbito desta tipologia, o conteúdo dominante da comunicação parece ser o processo de ensino-aprendizagem do aluno, sendo menos valorizada a comunicação sobre outros assuntos da escola.

Embora os autores referidos mencionem tanto a comunicação unilateral como a bidirecional, Garreta Bochaca e Macià Bordala (2017, p. 72) aprofundam um pouco mais essa reflexão e identificam dois tipos de atividades ou de

interações comunicativas e, nesse sentido, esclarecem o que entendem por comunicação:

En primero lugar, la transmisión de información entre un emisor (generalmente maestro) y un receptor (generalmente progenitor), que es quien descodifica, interpreta y adquiere el mensaje, Y en segundo lugar, la repetición de este también por parte del receptor, de manera que ambos agentes comparten y adquieren mensajes, creándose un continuum informativo de ida y vuelta. Es decir, comunicación unidireccional, cuyo objetivo es dar a conocer y compartir una información que uno posee, y comunicación bidireccional, que se construye sobre una estructura de reciprocidad y que, por tanto, facilita o enriquecimiento informacional de ambas partes.

A partir destes pressupostos teórico-conceituais, ensaiamos uma tentativa de articulação entre modalidade de comunicação - unidireccional ou bidireccional - e função da comunicação que lhe está associada. Neste esboço, à modalidade unidireccional associamos uma comunicação de *tipo informativo*, em que a escola informa sobre diferentes assuntos, como calendário escolar e de reuniões, visitas de estudo, participação dos estudantes em concursos, entre muitos outros. Neste contexto, a expectativa relativamente aos pais é que consultem ou tomem conhecimento destas informações e que as absorvam. Apesar de considerarmos insuficiente esta modalidade de comunicação numa *escola democrática*<sup>4</sup>, não descuramos as suas potencialidades, na medida em que esta proporciona a obtenção de conhecimento sobre a escola pelos pais.

À modalidade bidireccional associamos uma comunicação de *tipo comunicativo-participativo*, ou seja, comunicação na qual há espaço para *feedback* por parte dos pais, ou seja, recolha de opiniões e das perspetivas dos pais, não sendo os pais concebidos como depositários das mensagens da escola, mas atribuindo-lhes capacidade e direito de influenciar as decisões da escola. Ainda neste tipo de comunicação incluímos, igualmente, todas as estratégias comunicacionais da escola em divulgar e promover espaços de participação coletiva dos pais, como é o caso das associações de pais. Entendemos que este *conteúdo*

*informativo* consiste num potencial incentivo para fomentar a participação e *empowerment* dos pais na organização escolar. Por outras palavras, na nossa perspetiva, tal estratégia comunicacional consiste numa forma de influenciar positivamente o exercício da participação dos pais na associação e, por sua vez, na escola.

Mas, independentemente da modalidade unidireccional ou bidireccional e da função de tipo mais informativa ou comunicativa, dificuldades e obstáculos de diferente natureza existem neste domínio (BOCHACA; BORDALBA, 2017), e apesar do surgimento de novos canais tecnológicos de informação e de comunicação, estas barreiras não desapareceram. Como referem Beneyto-Seoane e Collet-Sabé (2016, p. 3), na esteira de outros autores: “ante el uso de la tecnología en el ámbito escolar, no solo se reproducen algunos factores de riesgo (socioeconómicos), sino que además se está generando nuevas barreras en la relación entre familias y escuela como el acceso a las infraestructuras y a la información y el *invisible engagement*”.

## **2. Canais tecnológicos de comunicação escola-família: velhos e novos desafios**

Na *longa e complexa marcha do clip a clic* (ENGUITA; CUPEIRO, 2017) assistiu-se, como já aludimos, a uma alteração de canais tradicionais de comunicação entre a escola e os pais, coexistindo, na atualidade, dois tipos de canais de comunicação com os pais: *canais de comunicação tradicionais* e *canais de comunicação tecnológicos*. Na linha de trabalho de Bochaca e Bordalba (2017, p. 79-80), por canais tradicionais entende-se “aquellos que han utilizado de forma habitual en los centros escolares y que no tienen relación con las nuevas tecnologías (canales analógicos)”, enquanto que canais tecnológicos se refere “a todas aquellas vías de comunicación que utilizan las herramientas digitales como médios para transmitir el mensaje”.

Ainda no seio destes dois tipos de canais, os autores distinguem entre canais de comunicação *familiares (individuais)* e *canais grupais*. Incluem nos *canais tradicionais individuais* os contactos pessoais, a agenda escolar, as tutorias e, nos *grupais*, as circulares, as reuniões gerais, os painéis de anúncios e as revistas da escola. No que se

refere aos *canais tecnológicos*, no *domínio individual* incluem o correio eletrónico, o telefone e as plataformas e, nos *grupais*, também as plataformas e o correio eletrónico e, ainda, as *páginas web* e os *blogs*.

Neste âmbito, prestamos atenção, ponto de vista teórico, a dois destes canais, cada qual com objetivos específicos e distintos, no interior da escola: i) um de carácter mais individual, de comunicação entre diretor de turma e pais sobre o aluno, através do *correio eletrónico*. Trata-se de um potencial canal de comunicação relativamente à sala de aula e ao aluno, no que se refere aos programas curriculares, à pedagogia, entre demais aspetos; ii) outro de carácter coletivo, de informação e de comunicação da escola com os pais, as *páginas web*. Canal de comunicação com os pais que incide sobre diferentes dimensões da escola para além da sala de aula, sendo assim um potencial espaço *comunicativo-participativo* para os pais na organização escolar.

Apesar de o correio eletrónico ser uma ferramenta utilizada na comunicação grupal, fazemos-lhe aqui referência enquanto canal individual, como já referimos, entre diretor de turma e pais. Assim, o correio eletrónico é um potencial meio de comunicação, desde logo pela difusão social junto dos pais, por grande parte dos pais saber o que é o correio eletrónico e como funciona e, ainda, por uma percentagem significativa dispor de uma conta própria. Por outro lado, através deste canal, há condições para o desenvolvimento de uma comunicação bidirecional. Contudo, autores como Bochaca e Bordialba (2017) apontam que o seu uso é muito escasso, e algumas das suas razões podem estar no facto de os professores receberem a sobrecarga de *mails* que poderiam receber, e por acreditarem que, em certas ocasiões, a comunicação escrita apresenta riscos de incompreensão e/ou de criação de mal-entendidos ou conflitos. Pelo lado dos pais, estes concebem o *mail* como um recurso mais rápido e eficaz que os meios tradicionais, mas uma grande maioria desconfia do seu potencial comunicativo, ao nível individual (BOCHACA; BORDALBA, 2017).

As *páginas web*, embora sendo um dos meios de informação mais utilizados pela escola, apresentam limita-

ções do ponto de vista comunicacional, já que predominantemente se definem como uma modalidade de comunicação unidirecional. Não obstante esta constatação e eventual confirmação empírica, consideramos que existe, nesta ferramenta, possibilidade de espaço para a comunicação de tipo bidirecional. A caracterização destas *páginas* leva-nos, na esteira de Bochaca e Bordialba (2017), para uma diversidade de situações: algumas são páginas muito completas e com publicações constantes, outras contemplam uma informação mais sucinta sobre a escola e são atualizadas com menor regularidade. Apresentam funções diferenciadas, tais como: *descritiva*, que inclui informação de carácter geral (quem somos, o que fazemos, o que nos define e como trabalhamos), *informativa*, que integra informações de longa duração temporal, como o calendário escolar, os horários, as ementas da cantina, bem como mensagens pontuais, que se eliminam pouco tempo depois da sua realização, e *ilustrativa*, que diz respeito a relatos *a posteriori*, a materiais que mostram as atividades realizadas, sendo, em muitos casos, o código visual o mais utilizado. Acrescentamos, apenas como exercício exploratório, que às *páginas web* pode ser associada, como anteriormente referimos, uma função *comunicativa-participativa*, ou seja, de comunicação bidirecional, onde incluem-se espaços de *feedback* dos pais. Por exemplo, a possibilidade de os pais deixarem comentários através da *página web*, de modo a contemplar as suas opiniões, propostas e experiências sobre o funcionamento da escola. Esta seria uma forma de a escola se *olhar ao espelho* e analisar as imagens positivas e negativas que daí possam advir. E, simultaneamente, ser um indicador de que, através desta via, a escola presta atenção à *voz* dos pais e encarregados de educação.

Apesar da potencialidade destes novos canais de comunicação, investigações dão conta da necessidade de *informar* e *formar* os pais sobre esta nova possibilidade. Trata-se de uma situação de *alfabetização digital* para capacitar os pais para o *uso* destas ferramentas, e para lutar contra a exclusão que possa advir da sua introdução na organização escola (BENEYTO-SEOANE, *et al*, s/d). Tal necessidade assenta no pressuposto de que os canais tecnológicos de comunicação requerem habilidade e capacidade para o seu manuseamento (BENEYTO-SEOANE; COLLET-SABÉ, 2016), que não

se encontram ao alcance de todos os pais. Por outro lado, alguns estudos apontam no sentido de que os pais desejam ter formação na escola sobre as novas tecnologias da informação (BALLESTA-PAGÁN; MÁIQUEZ, 2011).

Face ao exposto, optámos por realizar uma investigação de carácter exploratório, no âmbito de um trabalho mais amplo, inscrito nos domínios da organização escolar e da sociologia da educação, sobre as *páginas web* de agrupamentos de escola. Apesar da possibilidade de fazer incidir a investigação sobre um canal de comunicação entre diretor de turma e pais, e que incidisse mais sobre a vertente pedagógica e curricular, optámos pelas *páginas web*, por serem um canal bastante difundido, de carácter colectivo, de acesso aberto aos pais, por serem inexistentes investigações, na realidade portuguesa, sobre este canal de comunicação, mas, sobretudo, porque pensamos que se trata de uma nova experiência dos pais na escola, também com implicações na formação dos estudantes, no âmbito de um *currículo oculto*, como anteriormente já explicitámos.

Tendo em conta este cenário complexo e a revisão teórica anteriormente apresentada, procurámos analisar nas *páginas web* de agrupamentos de escola, da realidade portuguesa, o tipo de função que se encontra subjacente, designadamente a função de *tipo comunicativo-participativo*. Desta forma, questionámos se esta nova forma de informação e de comunicação consiste num contributo para informar e implicar os pais na escola dos seus filhos, designadamente para promover a divulgação de espaços coletivos de participação parental (como é o caso das associações de pais e encarregados de educação<sup>5</sup>) ou se, pelo contrário, tal forma de comunicação induz uma conceção de pai como *consumidor* e *recetáculo* da informação, sem qualquer papel mais significativo nesta organização educativa.

### 3. Um estudo exploratório sobre páginas web: procedimentos metodológicos

Para efeitos do presente trabalho seleccionámos, de forma aleatória, a partir de uma lista de agrupamentos de escolas existentes em Portugal, dez agrupamentos de escolas que incluíssem níveis de ensino desde o jardim

de infância até ao 3º ciclo do ensino básico<sup>6</sup>. O primeiro critério utilizado foi o de seleccionar dois agrupamentos de cada uma das regiões do país<sup>7</sup> e, como segundo critério, seleccionar os dois primeiros agrupamentos de cada região que surgiam na referida lista, desde que pertencentes aos níveis de ensino acima enumerados, caso contrário avançámos para o agrupamento seguinte. Na tabela que se segue, apresentamos alguns dados de caracterização dos referidos agrupamentos, como a região de pertença e o número de escolas agrupadas<sup>8</sup>.

**Tabela nº 1:** Dados de caracterização dos agrupamentos de escolas

Região	Agrupamentos de Escola	Número de Escolas Agrupadas
Alentejo	Agrupamento de Escolas 1	10
	Agrupamento de Escola 2	8
Algarve	Agrupamento de Escolas 3	13
	Agrupamento de Escolas 4	11
Lisboa e Vale do Tejo	Agrupamento de Escolas 5	16
	Agrupamento de Escolas 6	13
Centro	Agrupamento de Escolas 7	17
	Agrupamento de Escola 8	16
Norte	Agrupamento de Escolas 9	15
	Agrupamento de Escolas 10	22

Podemos, a partir desta tabela, verificar a seleção de dois agrupamentos de cada uma das regiões do país, a saber: dois agrupamentos de escolas de cada uma das duas regiões do Sul: Alentejo e Algarve; dois de cada uma das restantes regiões do país: região de Lisboa e Vale do Tejo, região Centro e região Norte. Neste universo de dez agrupamentos regista-se uma variação quanto ao número de escolas agrupadas em cada agrupamento, sendo o menor número de oito, e situando-se o maior num agrupamento com vinte e duas escolas agrupadas.

Seleccionados os dez agrupamentos de escola, fomos à sua procura no motor de busca *Google*, e foram encontradas as dez páginas correspondentes a este universo dos dez agrupamentos. De seguida, procedemos à consulta destas *páginas web*, durante alguns meses, tendo



concluído esta consulta no final do mês de junho de 2017. Neste domínio, importa esclarecer que embora as *páginas web* dos agrupamentos de escolas possuam um espaço público/livre e um espaço reservado (restrito a utilizadores), a nossa investigação, nesta fase, recaiu apenas sobre o espaço público das *páginas web*. Nesta análise, de modo a problematizar esta nova forma de comunicação na relação escola-pais, procurámos especificamente conhecer: i) deste grupo de dez agrupamentos quantos possuem *páginas web*, ou seja, qual é a adesão destes agrupamentos à *página web*; ii) os espaços (in)existentes, no espaço público das *páginas web*, para *feedback* por parte dos pais quanto à escola em geral e, finalmente, iii) se há, no espaço público destas *páginas web*, divulgação de estruturas coletivas de participação dos pais, designadamente das associações de pais e encarregados de educação (BENEYTO-SEOANE; COLLET-SABÉ, 2016).

Será de salientar que os resultados, agora apresentados, dizem respeito exclusivamente a este grupo de dez agrupamento de escolas, podendo, no futuro, serem confrontados com os resultados obtidos de uma análise a um maior número de *páginas web*, de demais agrupamentos<sup>9</sup>. Assim sendo, pela nossa parte, não existe qualquer intenção da sua generalização; os resultados que aqui se apresentam dizem respeito exclusivamente a este universo<sup>10</sup>.

#### **4. Páginas webs e pais: reduzidas possibilidades de comunicação e de participação**

##### **4.1 A adesão máxima pelos agrupamentos de escolas às páginas webs**

Dos dez agrupamentos de escolas selecionados, a partir da lista de agrupamentos existentes em Portugal, e segundo os critérios anteriormente anunciados, verificamos que todos possuem *páginas web*. Este dado remete-nos para uma adesão significativa a esta nova ferramenta, mobilizada pelos agrupamentos de escolas da rede pública. Podemos avançar, na esteira de Beneyto-Seoane e Collet-Sabé (2016, p. 5), com algumas hipóteses que fundamentem esta opção pelos respetivos agrupamentos. Os autores em causa, a partir de uma investigação que realizaram, identificam diferentes propósitos nesta adesão, e passa-

mos a mencionar alguns destes. Desde logo, uma certa necessidade, por parte das escolas, de não quererem *ficar para trás*, de *se encontrarem em dia* com as inovações tecnológicas. Por outro lado, as *páginas web* podem também consistir, para a escola, num importante instrumento de busca de *novos clientes*. A este propósito, numa das *páginas* de um agrupamento envolvido no nosso estudo, e por nós consultada, tivemos a oportunidade de observar que a mesma integra, no seu *espaço público*, um *item* designado *rankings*, com acesso direto às listas ordenadas de escolas publicadas pela imprensa na realidade portuguesa. Tal situação leva-nos a equacionar a existência desta página com este intuito de cativar *clientes* e de *promover a imagem* da escola (MARTINS, 2009; SOUSA, 2013), junto de potenciais *clientes*. Finalmente, na pesquisa dos autores mencionados, estes também encontraram propósitos como melhorar a comunicação com todas as famílias. A partir daqui, apraz-nos dizer que merece investigação futura conhecer os propósitos desta opção pelas *páginas web* por parte dos agrupamentos de escolas da realidade portuguesa. Neste momento, apenas nos é possível fornecer este dado da nossa investigação: no universo de dez agrupamentos de escolas, a adesão à ideia de uma *página web* por parte do agrupamento é total. Tal situação indicia que as *páginas web* consistem num *canal de comunicação tecnológico* a que os agrupamentos de escola recorrem de modo significativo.

##### **4.2 Inexistência de espaços nas páginas web para o contributo dos pais**

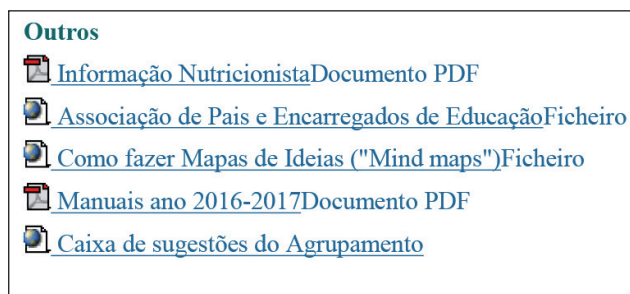
No que se refere à segunda dimensão a que nos propusemos analisar - as *páginas web* como meio para potenciar o *feedback* dos pais quanto ao funcionamento do agrupamento de escolas; ou seja, a *função comunicativa* escola-pais, verificamos, através dos dados recolhidos, que na maioria dos casos, as respetivas *páginas* não oferecem esta possibilidade.

De modo mais específico, não localizamos, no *espaço público* das *páginas web* de grande parte dos dez agrupamentos, qualquer *item* relacionado com a solicitação de *feedback* por parte dos pais, quanto ao funcionamento do agrupamento, espaços para sugestões, opiniões e/ou re-

clamações. Estes resultados levam-nos a ponderar que os agrupamentos apresentam alguma insensibilidade/resistência a juízos que possam ser emitidos pelos pais e encarregados de educação; questionamos, deste modo, sobre a *acústica* da escola, que parece não incluir a *voz* dos pais. Assim sendo, na maioria dos casos (em nove agrupamentos de escolas), espera-se que os pais consultem a *página* e as respetivas informações fornecidas pelo agrupamento, e que as incorporem de forma *passiva*. Portanto, as *páginas web* em análise não se definem como espaços para colher as contribuições dos pais, evidenciando haver pouca permeabilidade à opinião e críticas por parte deste grupo de atores. Parece, deste modo, que os agrupamentos de escola evitam *olharem-se ao espelho* e analisarem as imagens positivas e negativas que daí possam advir. A partir daqui, surge-nos como importante em futuras investigações saber as razões que impedem os agrupamentos de escolas de orientarem as suas *páginas web* como uma forma de obter *feedback* dos pais, ainda que possam dispor, eventualmente, de outras formas de obter esse *feedback*.

Não obstante este cenário, apenas no *espaço público* de uma das *páginas web*, pudemos identificar espaços para os pais, e outros atores, também comunicarem com a escola num *sentido bidirecional*. Trata-se da possibilidade de os pais terem *voz*, através da *página web*. Num registo mais descritivo, mencionamos que, no espaço público da *página web*, logo na entrada/*home*, surge o *item Outros*, com todos os seus *itens* também explícitos num quadro, ou seja, sem necessidade de *clik* para aceder a estes e, dentre estes, contempla uma caixa de sugestões do Agrupamento (cujo acesso ao conteúdo exige *clik*), e que reproduzimos neste quadro:

**Quadro 1:** Visualização do *item Outros* e do *item Caixa de Sugestões* do Agrupamento na *Página Web*



Ao clicar no *item* Caixa de sugestões do Agrupamento, surge uma explicitação, pela secção de avaliação interna e pela direção do agrupamento, quanto à função desta caixa de sugestões, que passamos a transcrever: "audição constante dos seus alunos e respetivos encarregados de educação, bem como de seus colaboradores, quer seja pessoal docente ou não". Desta explicitação, fica claro que esta caixa poderá ser utilizada por diferentes atores educativos, sendo de destacar que surgem, em primeiro lugar, os alunos e os respetivos encarregados de educação. Outro aspeto interessante nesta explicitação consiste na garantia de resposta por parte do agrupamento, tal como podemos ler: "se se identificar com o seu endereço de mail, dar-lhe-emos com maior brevidade possível uma resposta às suas sugestões, e lhe exporemos o processo de implementação da sua proposta ou dos constrangimentos em a implementar".

#### 4.3 Ausência de informação nas *páginas webs* sobre estruturas de participação coletiva dos pais

No que se refere à terceira dimensão em análise, a divulgação no espaço público das *páginas web*, de uma das estruturas de participação coletiva dos pais, a associação de pais e encarregados de educação, registamos um cenário *plural* e *polifacetado*.

Do conjunto das dez *páginas* consultadas, apenas em metade são mencionadas as respetivas associações de pais e encarregados de educação; nas demais cinco, não há qualquer referência às mesmas.

Consideramos, assim, que cinco agrupamentos divulgam e potenciam a participação coletiva dos pais no contexto escolar. No entanto, uma análise mais detalhada a estas cinco *páginas*, permite captar *intensidades desiguais* nesse processo. Neste sentido, verificamos que três dos cinco agrupamentos divulgam a associação de pais logo na abertura da *página* (no espaço que, genericamente, se designa de *home/entrada*), sendo que, nuns casos, surge no topo da *página* e, noutros, na lateral esquerda. No caso de outros dois agrupamentos, a associação é divulgada no interior de um outro *item*, ou seja, apenas



se torna visível depois de entrar (clique) no referido *item*. Nesta última situação, num dos agrupamentos, surge na entrada, no item *Escola* e, dentro deste, após *clique*, surge o *item* associação, enquanto que, noutra situação, surge no item *Encarregados de Educação* e, no seu interior, também com *clique*, o *item* associação.

Uma vez chegados ao *item* associação, nos cinco agrupamentos mencionados, analisámos o seu conteúdo. Desta análise, constatámos que, apenas em duas situações o *item* associação de pais apresenta conteúdo significativo para as famílias. Num caso, encontramos no interior desse *item* acesso direto ao *site/página* da respetiva associação, sendo essa página bastante completa, com informação diversa sobre a associação. No segundo caso, encontramos os contactos da associação, acesso direto ao seu *facebook*, e um pequeno texto de explicação sobre a respetiva associação e ainda um *slogan* no fim da página apelativo à participação (não o divulgamos para manter o anonimato).

Nos demais casos, num deles o acesso é reservado, e não há absolutamente nenhuma informação sobre a associação, nem contactos da mesma; noutra *página*, surge uma lista de todas as associações do Concelho, sem mencionar, sequer, quais as que pertencem ao agrupamento em questão e, também, sem qualquer contacto e, finalmente, numa terceira *página*, não se encontra nenhum conteúdo, e informa-se, mesmo, não existirem “artigos naquela categoria”.

Apesar desta pluralidade de situações, podemos apontar um denominador comum, o papel residual que desempenham as *páginas web* em divulgar e promover estruturas de participação dos pais e encarregados de educação, nos agrupamentos de escola. Repare-se que metade do universo das *páginas* consultadas não faz qualquer menção às respetivas associações<sup>11</sup>. Das cinco páginas que divulgam as associações apenas duas apresentam um conteúdo significativo, no seu interior, que pode ser potenciador da participação dos pais nas respetivas estruturas associativas. Não obstante a responsabilidade dos agrupamentos nesta matéria, também não pode deixar de ser equacionado o papel, neste domínio, das

próprias associações, parecendo tratar-se mais de uma responsabilidade partilhada entre agrupamentos de escola e associações de pais e encarregados de educação.

### **Considerações finais**

No âmbito dos novos canais de comunicação entre a escola e os pais, elegemos como objeto de estudo a análise de *páginas web*, enquanto canal de comunicação e potencial na promoção da participação dos pais. Assim, num exercício analítico circunscrito a um universo de dez agrupamentos de escolas da rede pública, analisámos as suas *páginas web*. Desta análise, ressaltamos que, deste conjunto de dez agrupamentos de escolas, a adesão à *página web* é total, ou seja, os dez agrupamentos selecionados possuíam *página web*. No interior destas dez páginas, tivemos a oportunidade de verificar que, apenas no caso de uma *página*, existia espaço para os pais manifestarem os seus pontos de vista, quanto ao funcionamento do agrupamento. Parece, deste modo, haver, por parte dos agrupamentos, alguma insensibilidade/resistência ao *feedback* dos pais, não exercendo as *páginas web* uma função de *tipo comunicativa-participativa*. Numa última dimensão de análise, a *página web* enquanto instrumento de divulgação e promoção de estruturas de participação coletiva dos pais, designadamente das associações de pais e encarregados de educação, registámos que cinco fazem esta divulgação e, destas cinco, apenas duas apresentam um conteúdo significativo; conteúdo que, em certa medida, contribui para a participação dos pais nestas estruturas. Tendo em atenção os dados apresentados, não podemos considerar que as *páginas web* constituem, na maioria dos casos dos agrupamentos, um instrumento que possibilita e potencia a voz dos pais, ou seja, que apresenta para além da função informacional, uma função *comunicativa-participativa* dirigida para os pais e encarregados de educação da escola pública portuguesa.

A ausência da dimensão *comunicativa-participativa*, neste canal de comunicação, leva-nos a questionar, num *registro hipotético* das suas consequências para o aluno, *cidadão da escola*, na medida em que este vivencia, no âmbito de um *currículo oculto* as experiências dos seus

pais, pouco abonatórias de uma *escola democrática*; estas, por sua vez, podendo estar, inclusive, em contradição com os conteúdos curriculares em torno da *cidadania*. Como refere Santos Guerra (2002, p. 60), “por meio do currículo oculto, aprende-se a desenvolver a democracia ou a destruí-la”. Esta questão, na nossa perspectiva, merece maior atenção, por parte de todos os envolvidos na organização escolar.

## Notas

<sup>1</sup> Estamos, assim, perante uma situação próxima do que Torres Santomé (cf. 1995, p. 201) apresenta como *Currículo Oculto*. Nas suas palavras: “Analisar o sistema educativo e, por conseguinte, o que os cidadãos e cidadãs aprendem com a sua passagem pelas instituições escolares implica prestar atenção não só ao que denominamos curriculum explícito, mas também ao curriculum oculto. O curriculum explícito ou oficial aparece claramente reflectido nas intenções que, de maneira directa, indicam quer as normas legais, os conteúdos mínimos obrigatórios ou os programas oficiais, quer os projetos educativos da escola e o curriculum que cada docente desenvolve na aula. O curriculum oculto faz referência a todos aqueles conhecimentos, destrezas, atitudes e valores que se adquirem mediante a participação em processos de ensino e aprendizagem e, em geral, em todas as interações que se dão no dia-a-dia das aulas e escolas. Estas aquisições, no entanto, nunca chegam a explicitar-se como metas educativas a conseguir de uma forma intencional”.

<sup>2</sup> Segundo a legislação, o agrupamento de escola é “uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída pela integração de estabelecimentos de educação pré-escolar e escolas de diferentes níveis e ciclos de ensino” (Decreto-lei nº 75/2008, de 22 de abril). Encontram-se implementados em Portugal desde o final da década de noventa. Esta nova realidade organizacional e administrativa tem sido objeto de estudo, chegando-se a conclusões bastante críticas sobre este processo, designadamente por consistir num *novo escalão da administração desconcentrada* (cf. LIMA, 2004).

<sup>3</sup> A este propósito, de uma transmissão explícita de um conjunto de valores na educação escolar de crianças e jovens, parece-nos indispensável consultar o trabalho de Lima e Afonso (1990), designadamente o conceito que apresentam de *educação de valores*. Sobre este domínio, na realidade brasileira, designadamente no Paraná, ver o artigo de Pereira, et al. (2017).

<sup>4</sup> Sobre este conceito consultar a obra de Apple e Beane (1997) intitulada *Escuelas Democráticas*. E, também, sobre democracia e participação, ver o trabalho de Santos Guerra (2002), *Os Desafios da Participação: Desenvolver a Democracia na Escola*. Especificamente sobre a gestão democrática da escola portu-

guesa, ver a obra de Lima (1992), *A Escola Como Organização e a Participação na Organização Escolar*.

<sup>5</sup> As associações de pais e encarregados de educação estão previstas em Portugal desde a publicação da Lei nº 7/77, de 1 de fevereiro. Desde daí, até à atualidade, a representação dos pais em órgãos de gestão da escola é remetida para a associação, ou seja, quando previstos representantes dos pais em órgãos de gestão, estes devem ser indicados pela respetiva associação. Na legislação de 1998, Decreto-lei nº 115-A/98, de 4 de maio, estabelece-se, para a Assembleia de Escola, que “Os representantes dos pais e encarregados de educação são designados pelas respectivas organizações representativas e, na falta das mesmas, nos termos a definir no regulamento interno” (artigo 9º, ponto 3), enquanto que, no Conselho Pedagógico, deve estar “salvaguardada a participação de representantes das estruturas de orientação e dos serviços de apoio educativo, das associações de pais e encarregados de educação, dos alunos no ensino secundário, do pessoal não docente e dos projectos de desenvolvimento educativo” (artigo 25º). No atual modelo, Decreto-lei nº 75/2008, de 22 de abril, os representantes dos pais apenas têm representação no Conselho Geral e, nesse caso, define-se que “Os representantes dos pais e encarregados de educação são eleitos em assembleia geral de pais e encarregados de educação do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, sob proposta das respetivas organizações representativas, e, na falta das mesmas, nos termos a definir no regulamento interno” (artigo 14º, ponto 3).

<sup>6</sup> Para o conhecimento da totalidade de agrupamentos de escola da rede pública existentes na realidade portuguesa, consultámos a página do Ministério da Educação, mas não obtivemos a informação desejada. Assim, realizámos uma pesquisa no motor de busca e busca Google, e localizámos num blog (<http://www.arlindovsky.net/wp-content/uploads/2014/09/Lista-de-Agrupamentos.xlsx>) uma lista bastante completa sobre estas. Nesta lista, deparámos com 811 agrupamentos, e constam as seguintes informações sobre os mesmos: Distrito e Concelho a que o agrupamento pertence, Código do Agrupamento, Nome do Agrupamento, Número de Escolas Agrupadas, Código da Direção Geral da Administração Educativa, Escola Sede, Morada, Código Postal, Telefone, Fax, Sítio, Email.

<sup>7</sup> Para a identificação destas regiões, seguimos o mapa das Direções de Serviços Regionais, sendo estas cinco: Direção de Serviços Regionais do Algarve (DSRAL), Direção de Serviços Regionais do Alentejo (DSRA), Direção de Serviço Regionais de Lisboa e Vale do Tejo (DSRLVL), Direção de Serviços Regionais do Centro (DSRC), e Direção de Serviços Regionais do Norte (DRSN).

<sup>8</sup> Importa esclarecer que, obedecendo à regra de anonimato, não identificámos nenhum dos agrupamentos incluídos no presente estudo, substituindo, assim, os seus nomes por um número. A regra do anonimato consiste numa obrigação ética básica, e significa descrever a existência de dados que não

incluem qualquer característica identificadora da organização ou dos indivíduos envolvidos no estudo (cf. Lima, 2006). Sobre esta questão e a distinção entre confidencialidade, privacidade e anonimato, ver Lima, 2006.

<sup>9</sup> Não será também menos importante num próximo estudo envolver responsáveis da escola e professores, bem como os pais e encarregados de educação, em torno destas novas formas de informação e de comunicação. Neste âmbito será de analisar, entre outros aspetos, origem e iniciativa das páginas web, sua utilização pelos pais, constrangimentos para escolas e pais, entre outros aspetos. Com esta abordagem torna-se possível uma interpretação mais global e menos parcelar.

<sup>10</sup> Não obstante qualquer intenção da nossa parte de generalização dos dados, não é menos verdade que existe a possibilidade de generalizações naturalísticas. Estas consistem, na esteira de Ludke & André (1986, p. 19) na possibilidade de o leitor indagar o que pode aplicar da situação em análise a outras situações. Nas suas palavras: “o leitor vai indagar: ‘o que eu posso (ou não) aplicar deste caso na minha situação?’”.

<sup>11</sup> Não excluimos que, em algumas situações, possa mesmo não existir associação de pais no agrupamento de escolas. Contudo, consideramos isso pouco provável, sobretudo por duas razões: por um lado, porque a representação dos pais em órgãos de gestão está em certa medida, dependente das mesmas e, por outro, porque os agrupamentos possuem várias escolas agrupadas, sendo pouco plausível, num vasto conjunto de escolas, não ser constituída uma associação de pais do agrupamento. Pensamos, desta forma, que a inexistência da associação no agrupamento será uma situação muito pontual e não uma situação tão generalizada como a que constatámos no estudo exploratório realizado, mas esta questão merece, no futuro, o estudo de um maior número de páginas web, e a sua confrontação com a existência, ou não, da associação no agrupamento. Pensamos, desta forma, que a não referência à respetiva associação, na página web, devido à sua inexistência será uma situação apenas pontual. Seja como for, esta questão merece, no futuro, o estudo de um maior número de páginas web, e a sua confrontação com a existência, ou não, da associação no agrupamento.

## Referências

APPLE, M.; BEANE, J. La defense de las escuelas democráticas. In: **Escuelas Democráticas**. Espanha: Morata, 1997, p.13-47.

BALLESTA PRAGÁN, J; CERESO MÁIQUEZ. M. Familia y escuela ante la incorporación de las tecnologías de la información y la comunicación. **Educación XXI**, Madrid, 14(29), 2011, p. 133-156.

BENEYTO-SEOANE, M. & Collet-Sabé, J. Las relaciones digitales entre familias y escuela: análisis y propuestas. **@tic.revista d'innovació educativa**. Valencia, 16, p.1-9, Fevereiro- Junho, 2016.

BENEYTO-SEOANE, M.; COLLET-SABÉ, J; CORTADA-PUJOL, M; SÁNCHEZ-GARROTE, I. **Mucho ruido y pocas nueces? Escuelas, familias y TIC: discursos, realidades, logros y retos**, s/d. <http://reader.digitalbooks.pro/content/preview/books/35025/book/OEBPS/Chapter12.xhtml>.

EPSTEIN, J; COATES, L; SALINAS, K; SANDERS, M; SIMON, B. **School, family, and community partnerships: your handbook for action**. California: Corwin Press, 1997.

FERNANDEZ-ENGUITA, M; CUPEIRO, V. **La larga y compleja marcha del clip al clic: escuela y profesorado ante el nuevo entorno digital**. 1ª ed. Espanha: Telefonica Fundación/Ariel, S., 2017.

BOCHACA, G. J.; BORDALA, M. M. La comunicación familia-escuela. In: BOCHACA, G. J. (coord.) **Familia y escuelas: discursos y prácticas sobre la participación en la escuela**. Madrid: Biblioteca Universitaria, 2017, p. 71-98.

LIMA, J. Ética na investigação. IN: LIMA, J.; PACHECO, J (orgs.) **Fazer investigação: Contributos para a elaboração de dissertações e teses**. Porto: Porto Editora, 2006, p.127-159.

LIMA, L. O agrupamento de escolas como novo escalão da administração desconcentrada. **Revista Portuguesa de Educação**. Braga, 17 (2), p. 7-47, 2004

LIMA, L. **A escola como organização e a participação na organização escolar**. 1 ed. Braga: Instituto de Educação/Centro de Estudos em Educação e Psicologia, 1992.

LIMA, L.; AFONSO, A. Participação docente e socialização normativa: na perspectiva de uma sociologia das organizações. **Aprender**, 11, p.37, 1990.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MARTINS, F. **Gerencialismo e quase-mercado educacional: a acção organizacional numa escola secundária em época de transição**. Braga: Tese de Doutoramento, 2009.

PEREIRA, A.; CLOCK, L.; LUCAS, L.; PASSOS, M. Educação em valores: possibilidades e responsabilidades na perceção dos docentes que atuam na educação pública no estado do Paraná. **Revista Tempos e Espaços em Educação**. Sergipe 10 (22), p. 23-34. Maio-Agosto 2017.

SANTO, G. M. **Os desafios da participação: desenvolver a democracia na escola**. Porto: Porto Editora, 2002.

SOUSA, S. Families, schools and the image communication in the education market. **International Journal About Parents in Education**, 7(2), p. 177-188 2013.

TORRES, S. J. **O curriculum oculto**.3 ed. Porto: Porto Editora, 1995.

*Recebido em 09 de agosto de 2017.*

*Aceito em 01 de setembro de 2017.*

